



Índice

- 01** Força tarefa vai definir até 5 de agosto valor de área reivindicada pelos Índios terena
- 02** Índios Munduruku sequestram biólogos da Eletrobras na região do Tapajós
- 03** Índios atendem pedido da Força Nacional e deixam a Fazenda Água Clara
- 04** Comissão debate hoje compra de terras para índios
- 05** Comissão de Integração visita área disputada por índios e agricultores no Rio Grande do Sul
- 06** Duas oficinas debatem o ensino da cultura indígena dentro das salas de aula
- 07** Conheça a lenda indígena que explica o surgimento da mandioca
- 08** Secretaria da Educação amplia atendimento a comunidades indígenas
- 09** Lição indígena
- 10** Comissão do Fórum Fundiário reúne-se em Campo Grande para discutir questão indígena no estado
- 11** Cerca de 100 indígenas foram atendidos pelo Pro Paz Cidadania em Cumaru do Norte
- 12** Munduruku expulsam 25 pesquisadores de terra indígena



Força tarefa vai definir até 5 de agosto valor de área reivindicada pelos Índios terena
SÍTIO REGIÃO NEWS, 21.06.2013

A presidente Dilma Rousseff concordou em usar recursos federais para compra da das 38 propriedades reivindicadas como terra indígena.



Força tarefa vai definir até 5 de agosto valor dos 15 mil hectares que serão comprados para reserva Buriti

Governo Federal deve concluir até 5 de agosto o valor que pagará pelos 15 mil hectares localizados entre Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, para serem incorporados a Reserva Indígena Buriti.

A solução foi o desdobramento do clamor criado depois que o terena Oziel Gabriel morreu no último dia 30 de maio durante a tentativa de reintegração de posse da Fazenda Buriti promovida pela Polícia Federal. A propriedade

de 303 hectares pertence ao ex-deputado Ricardo Bacha. A presidente Dilma Rousseff concordou em usar recursos federais para compra da das 38 propriedades reivindicadas como terra indígena.

Este foi o resultado da reunião que ontem colocou frente a frente em Campo Grande fazendeiros e lideranças indígenas, num encontro coordenado pelo ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho e o governador André Puccinelli (PMDB).

Na próxima quinta-feira, às 9h, se reúnem na Governadoria representantes da Funai (Fundação Nacional do Índio), AGU (Advocacia-Geral da União), Ministério da Justiça, governo estadual e Superintendência do Patrimônio da União. O objetivo é formar uma comissão para levantamento das terras.

"Vamos ver os proprietários rurais que querem disponibilizar para a negociação, principalmente nas áreas conflituosas", relata o governador. Ele lembra que no caso de aldeias na região urbana, como a Bororó e Jaguapiru, em Dourados, não é possível a ampliação.

O ministro Gilberto de Carvalho reafirmou que recebeu autorização da presidente Dilma Rousseff (PT) para indenizar os fazendeiros da região de Buriti pela terra. Até então, o processo de demarcação de área indígena determina pagamento somente pelas benfeitorias.

Sem dar detalhes, o ministro informou que será publicada uma nova portaria sobre as demarcações. Uma questão que não foi esclarecida é se o documento vai permitir o

CONT.



pagamento pela terra nua, quando a Constituição proíbe indenização em caso de áreas reconhecidas como terra indígena.

Para o deputado estadual Laerte Tetila (PT), os caminhos possíveis são a transferência de recursos da OGU (Orçamento Geral da União) para um fundo estadual ou desapropriação por interesse social. "Tem fundo para educação, saúde. Por que não um para aquisição de terra", afirma. Outra possibilidade é utilizar terras confiscadas do tráfico de drogas. "Na Grande Dourados, são 32 mil hectares", exemplifica o deputado.

A proposta foi bem recebida pelos indígenas. "É o início de um acordo. O governo veio aqui, está nos ouvindo", salienta Alberto Terena, da aldeia Buriti. Conforme o presidente da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), "foi um dia histórico para resolver a questão fundiária". Segundo Maia, são 70 mil hectares invadidos em Mato Grosso do Sul.

Histórico - Reivindicada pelos terenas, a terra indígena Buriti fica localizada entre os municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti. Em 2001, a Funai aprovou o relatório de identificação da área de 17 mil, sendo dois mil já demarcados.

No mesmo ano, fazendeiros recorreram à Justiça para anular a identificação antropológica. Em 2004, decisão judicial foi favorável aos produtores. Dois anos depois, com nova decisão no TRF 3, a terra voltou a ser reconhecida como indígena.

Somente em 2010 o Ministério da Justiça declarou que a área pertencia aos terenas. Os próximos passos seriam a demarcação física da reserva e homologação da presidente da República. No entanto, no ano passado, o processo voltou a ser suspenso por decisão judicial favorável aos fazendeiros. Segundo os índios, a população chega a 6 mil pessoas distribuídas em 9 aldeias.



Índios Munduruku sequestram biólogos da Eletrobras na região do Tapajós
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 22.06.2013

Funcionários estavam na região fazendo estudos de fauna e flora para o licenciamento socioambiental para complexo hidrelétrico

Índios Munduruku sequestraram e mantêm como reféns, desde a tarde de ontem (21), em Jacareacanga, no Pará, três biólogos que prestavam serviços à Eletrobras no estado. Os funcionários estavam na região do Tapajós fazendo estudos de fauna e flora para o licenciamento socioambiental de um possível aproveitamento a ser feito na região de Jatobá para o Complexo Hidrelétrico de Tapajós.

A estatal informou que nenhum dos locais visitados pelos pesquisadores é terra indígena. De acordo com a Secretaria-Geral da Presidência da República, sete técnicos serão enviados ainda na noite de hoje (22) a Itaituba, cidade a cerca de 150 quilômetros de Jacareacanga, para negociar com as lideranças indígenas. Entre as demandas apresentadas está a interrupção dos estudos do empreendimento, até que seja feita consulta à comunidade.

Em nota, a Eletrobras informa que foram roubados câmeras fotográficas e computadores com os registros da expedição e também o material coletado pela equipe, comprometendo a qualidade dos estudos realizados e impedindo sua continuação.

Índios atendem pedido da Força Nacional e deixam a Fazenda Água Clara

SÍTIO REGIÃO NEWS, 23.06.2013

O líder conta que quando os caciques souberam da ocupação, foram até a fazenda e conversaram com o grupo



Índios atendem pedido da Força Nacional e deixam a Fazenda Água Clara

Os 60 índios da Aldeia Olho d'água, de Dois Irmãos do Buriti, que entraram ontem à tarde na Fazenda Água Clara em Sidrolândia, deixaram a propriedade na madrugada deste domingo. Eles acataram o pedido dos policiais da Força Nacional que convenceram as lideranças a desocupar a área que é vizinha a Fazenda Cambará, já retomada pelos terena. No sábado surgiram rumores de que os terena estariam se preparando para entrar também nas fazendas São Sebastião, Furnas e Vassouras.

O comandante da Força Nacional major Fernando Luiz Alves, confirmou que os terena deixaram a fazenda após negociação. "Eles saíram da fazenda por volta das 3h30 [de MS], de forma pacífica. A Força Nacional acompanhou a desocupação", afirmou.

De acordo com o líder Alberto Terena, o grupo não sabia do acordo firmado entre autoridades, ruralistas e lideranças indígenas de cessar as ocupações durarem as negociações para compra dos 15 mil hectares reivindicados por terra indígena. A Fazenda Água Clara área pertence ao produtor rural Afrânio Pereira que não mora na propriedade onde só ficam os funcionários.

O líder conta que quando os caciques souberam da ocupação, foram até a fazenda e conversaram com o grupo. Os índios seguiram as orientações e deixaram a Fazenda Água Clara para não colocar em risco o processo de negociação que deve estar concluído até o dia 05 de agosto.

Já o proprietário da Fazenda Água Clara, Afrânio Pereira, disse em entrevista à Rádio Pindorama, que os indígenas levaram "tudo o que tinha de comida na casa. Roubaram colchão, utensílios de cozinha, produtos veterinários, arreio. Só não foi maior o prejuízo por que houve intervenção da Força Nacional", relata.

O coordenador da Funai em Sidrolândia, Jorge das Neves, negou que os indígenas tenham depredado a fazenda. O comandante da Força Nacional diz que não há informação de que o local tenha sido depredado. "Parece que os índios mataram uma novilha da fazenda, mas ainda não temos a confirmação dessa informação".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 108 / 2013

Brasília, 24 de junho de 2013.

Acordo – Segundo a Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), o acordo e entidades ruralistas, governo do Estado, lideranças indígenas, entidades ligadas à Igreja Católica, o ministro Chefe da Casa Civil, Gilberto Carvalho, Funai e outras autoridades firmaram o acordo na última quinta-feira (20).



Comissão debate hoje compra de terras para índios

SÍTIO SIDROLÂNDIA NEWS, 24.06.2013

A audiência, que é a primeira desde a criação da Comissão, acontece às 9h na sede do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS) e traz a Campo Grande a cúpula do Judiciário brasileiro.

A Comissão criada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) debate hoje, em Campo Grande, as propostas do governo federal para aquisição direta de terras a serem destinadas aos povos indígenas, inclusive por desapropriação por interesse social e arrecadação de terras confiscadas.

Recentemente, Mato Grosso do Sul foi palco de invasões e conflitos por terra, que resultaram na morte do terena Oziel Gabriel, 35 anos. A audiência, que é a primeira desde a criação da Comissão, acontece às 9h na sede do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS) e traz a Campo Grande a cúpula do Judiciário brasileiro.

Na semana passada, a presidente Dilma Rousseff autorizou a compra da Fazenda Buriti, em Sidrolândia e mandou fazer um levantamento de preço de áreas disputadas judicialmente entre fazendeiros e índios em MS. Foi na fazenda Buriti que o índio Oziel Gabriel morreu baleado no dia 30 de maio, numa operação das polícias federal e militar para cumprir mandado de reintegração de posse.

Além do encontro, a Comissão também deve se reunir em Campo Grande nos dias 9 e 24 de julho. A Comissão tem prazo de 90 dias, contados desde sua criação, para concluir o relatório que deve apontar sugestões para a solução dos conflitos indígenas.



Comissão de Integração visita área disputada por índios e agricultores no Rio Grande do Sul

SÍTIO NOTÍCIA NA HORA, 22.06.2013

Os deputados membros da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA), da Câmara Federal, estiveram nesta quinta e sexta-feira, no Rio Grande do Sul, visitando áreas de disputa entre índios e agricultores por conta das demarcações de terras na região. Os deputados Jerônimo Goergen (PP-RS), presidente da comissão, Paulo Cesar Quartiero (DEM-RR), Valdir Colatto (PMDB-SC) e Nilson Leitão (PSDB-MT) visitaram Mato Preto e Mato Castelhana, na região da Grande Passo Fundo, onde se participaram de audiências com autoridades locais e agricultores.

A FUNAI reivindica cerca de 3,5 mil hectares para os índios na região. Em se confirmando a demarcação, 1,2 mil famílias de pequenos produtores deverão deixar o local. A revolta dos agricultores envolvidos na disputa é porque estão prestes a perder áreas sobre as quais existem documentos de titulação que datam ao início do século passado. Dados oficiais indicam que as 16 áreas em estudo para demarcação no Rio Grande do Sul somam o equivalente a 100 mil campos de futebol.

O deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), líder da Minoria e presidente da Subcomissão de Demarcação de Terras, na Câmara, disse que a visita foi para verificar a situação das famílias ameaçadas de perder as áreas diante da demarcação já em andamento. "Viemos ao Rio Grande do Sul para verificar in loco a situação destas famílias. Os relatos são estarrecedores. Há famílias que perderam alguns de seus entes por conta da depressão. A presença de policiais fortemente armados acompanhando a equipe da FUNAI e o eminente abandono, também assustam a população."

O processo de demarcações na região ganhou as manchetes depois que um laudo fraudulento foi descoberto. A antropóloga responsável pelos estudos admitiu ter adicionado dados aos documentos depois de participar de uma cerimônia onde tomou chá de Ayahuasca, popularmente conhecido como chá do Santo Daime.

As audiências nas regiões de demarcação tem como objetivo levantar a situação real de cada área para, em especial, evitar e mediar o conflito entre os índios e os não-índios. A demarcação de terras tem sido alvo de críticas no Congresso Nacional. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo e a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann já foram convocados a explicar a posição do governo, fora da realidade, segundo deputados e senadores. O próximo convocado é o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, apontado como responsável direto pelo processo confuso nas demarcações.

No começo da semana os deputados visitaram Belo Monte (PA), onde índios protestam contra a construção da Usina, de mesmo nome.

Duas oficinas debatem o ensino da cultura indígena dentro das salas de aula

SÍTIO CORREIO DE UBERABA, 22.06.2013



Rosângela Tugny, com doutorado em Etnomusicologia, ministra oficina sobre escuta e práticas musicais entre os indígenas

De acordo com o senso comum, ainda vigente em pleno século 21, o índio brasileiro vive em áreas remotas do país, alimenta-se do que planta e limita seu convívio ao espaço da tribo, feito, geralmente, em trajes mínimos. Para desmistificar a persistente figura que os brasileiros têm das comunidades indígenas e debater o ensino da cultura desses povos nas escolas, a professora Rosângela Pereira de Tugny ministra, hoje, a oficina "Escuta e práticas musicais entre os povos indígenas: reflexões sobre formas de aproximações culturais", dentro da programação do evento "Questão Indígena e Educação", promovido pelo Museu do Índio de Uberlândia.

Além da apresentação de Rosângela Tugny, a oficina "Arqueologia vai à escola", que será ministrada, hoje, pelo doutor em Arqueologia Robson Rodrigues, está inserida entre os eventos do museu.

Graduada em música pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com mestrado e doutorado em Etnomusicologia pela Universidade de Tours, na França, Rosângela Tugny disse que a oficina deve focar os princípios da Lei Federal 11.645, que, desde 2008, determina a inclusão do ensino da história e da cultura indígenas no currículo dos ensinos fundamental e médio. "Precisamos reforçar a formação dos professores, que precisam aprender a lidar com o conteúdo da cultura indígenas e repassá-lo aos alunos", afirmou a doutora.

Para Rosângela Tugny, a dificuldade de se entender as comunidades indígenas vem dos cursos de licenciatura de professores, cujas disciplinas não preparam o docente para o ensino da matéria nas salas de aula. "Quero propor, na oficina, o debate sobre a diversidade cultural, a literatura e a música, que são elementos ricos para os povos indígenas", disse a professora.

Serviço

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 108 / 2013

Brasília, 24 de junho de 2013.

As oficinas "Arqueologia na escola" e "Escuta e práticas musicais entre os povos indígenas: reflexões sobre formas de aproximações culturais" acontecem hoje, das 8h às 18h, na Fiemg Uberlândia (avenida Rondon Pacheco, 2100, Vigilato Pereira). Informações: www.educacaoquestaoindigena.blogspot.com.br ou pelo telefone 3236-3707.

Brasil tem cerca de 180 tipos de idiomas falados entre tribos indígenas

A professora e doutora em Etnomusicologia Rosângela Tugny, que ministra oficina hoje, em Uberlândia, estuda, há 12 anos, a música e a literatura dos índios brasileiros. Segundo ela, somente no Brasil, existem 180 tipos diferentes de línguas, ou idiomas, espalhados em diversas comunidades indígenas e regiões do país.

Desde 2003, a professora se especializou nos costumes do povo tikmu'ún, que também é conhecido como maxakali e tem uma população estimada em 1,5 mil pessoas, nas cabeceiras do Rio Umburanas, vale do Mucuri, no nordeste de Minas Gerais.

"A música deles tem uma poesia sofisticada, só descoberta agora pelos pesquisadores. Para os maxacali, a música é usada em rituais, para a troca de alimentos e a interação com outros povos. Por meio dessa cultura musical, o povo maxacali constrói regras sociais fortíssimas e complexas", disse Rosângela Tugny.



Conheça a lenda indígena que explica o surgimento da mandioca

SÍTIO GLOBO.COM, 22.06.2013

Palavra vem da junção do nome 'Mani' com 'oca', a moradia dos nativos

A mandioca era um dos principais alimentos dos primeiros habitantes da região que viria a ser o Brasil. A raiz é muitas vezes tratada como o "pão do índio", tamanha a sua importância para aquelas populações. Talvez por essa relevância, a mitologia apresente histórias para explicar a existência da planta.

As versões variam, mas a mais conhecida é a contada pelo militar e folclorista Couto de Magalhães, referente a uma lenda tupi. Confira, abaixo, o texto adaptado do livro "O Selvagem" (1876):

Em tempos idos apareceu grávida a filha de um chefe selvagem, que residia nas imediações do lugar em que está hoje a cidade de Santarém. O chefe quis punir no autor da desonra de sua filha, a ofensa que sofrera seu orgulho e, para saber quem ele era, empregou debalde rogos, ameaças e por fim castigos severos.

Tanto diante dos rogos como diante dos castigos a moça permaneceu inflexível, dizendo que nunca tinha tido relação com homem algum. O chefe tinha deliberado matá-la, quando lhe apareceu em sonho um homem branco, que lhe disse que não matasse a moça, por que ela efetivamente era inocente, e não tinha tido relação com homem.

Passados os nove meses ela deu à luz uma menina lindíssima, e branca, causando este último fato a surpresa, não só da tribo, como das nações vizinhas, que vieram visitar a criança, para ver aquela nova e desconhecida raça.

A criança, que teve o nome de Mani, e que andava e falava precocemente, morreu ao cabo de um ano, sem ter adoecido, e sem dar mostras de dor.

Foi ela enterrada dentro da própria casa, descobrindo-se-a, e regando-se diariamente a sepultura, segundo o costume do povo. Ao cabo de algum tempo brotou da cova uma planta que, por ser inteiramente desconhecida, deixaram de arrancar. Cresceu, floresceu, e deu frutos.

Os pássaros que comeram os frutos se embriagaram, e este fenômeno, desconhecido dos índios, aumentou-lhes a superstição pela planta. A terra afinal fendeu-se; cavaram-na e julgaram reconhecer no fruto que encontraram o corpo de Mani. Comeram-no, e assim aprenderam a usar da mandioca.



Secretaria da Educação amplia atendimento a comunidades indígenas

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ, 23.06.2013

A Secretaria de Estado da Educação ampliou número de atendimento aos alunos das comunidades indígenas no Paraná. Em 2011, a rede estadual tinha 3.674 alunos matriculados e neste ano são quase 4.500 estudantes, de 35 comunidades de várias regiões do estado.

O aumento no atendimento é o resultado do investimento do Governo do Estado na construção de novas escolas e na formação de professores bilíngues em caingangue e guarani. Em dois anos e meio, foram entregues 11 novas escolas para comunidades indígenas, totalizando 37 escolas em 26 municípios. Outras duas escolas indígenas estão sendo construídas em Inácio Martins, na região Centro-Sul, e na ilha da Cotinga, no litoral.

A previsão de conclusão das obras é no fim deste ano. De acordo com o secretário da Educação e vice-governador, Flávio Arns, a rede está sendo ampliada para atender com qualidade e valorizar a cultura indígena. Os novos colégios tem salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, salas administrativas para professores e pedagogos, banheiros adaptados para deficientes físicos, cozinha, depósito de merenda e pátio coberto.

A diretora do Colégio Estadual Indígena Teko Nemoingo, em São Miguel do Iguaçu, na região Oeste do estado, enfatizou que em relação às condições do espaço anterior o novo local melhorou muito. A nova escola atende 320 alunos da educação infantil, dos ensinos fundamental e médio e da Educação de Jovens e Adultos. O Governo do Estado também atende as comunidades indígenas com merenda escolar de qualidade. Frutas, verduras, legumes e outros produtos da agricultura familiar, além de itens básicos. Quando a merenda chega à escola, as merendeiras preparam o cardápio que atende os hábitos alimentares das aldeias. As escolas indígenas contam com 111 professores das próprias comunidades, que lecionam as matérias nas línguas guarani e caingangue. Além do conteúdo previsto na base do currículo nacional, os alunos preservam a língua da comunidade e a cultura indígena no Estado.

A Secretaria da Educação também produz materiais didáticos com professores indígenas. A oferta de cursos técnicos também será ampliada para os adolescentes indígenas que queiram ter formação técnica, com a construção do Centro Estadual de Educação Profissional no município de Manoel Ribas, na região Central. A obra está em fase de conclusão e vai atender alunos indígenas de diferentes regiões do Estado. (Repórter: Juliane Silva)



Lição indígena

SÍTIO CLAUDIOHUMBERTO.COM.BR, 21.06.2013

Por Pedro Luiz Rodrigues

Os precursores do grande auê cívico que se instalou no Brasil nos últimos dias, não tenho dúvida, foram os índios.

Há dois meses, em meados de abril, encontravam-se os deputados federais entretidos com seus discursos e votações, quando invadiram o plenário da Câmara as forças de coligação indígena (xavantes, terenas, ticunas, potiguaras, guajaras, entre outras) que se opunha a proposta de mudança nas regras da demarcação de reservas .

Movidos por ânimo pacífico, mas enérgicos e pintados para a guerra, entraram no recinto de maneira brusca, assustando a todos e pondo mesmo alguns a correr.

As lideranças indígenas potiguares – representando o conjunto dos manifestantes - encontraram no presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), um interlocutor ao mesmo tempo sensível e energético.

Conseguiu que os manifestantes se retirassem pacificamente do plenário ("o respeito a este plenário é inegociável!), e foi com eles se encontrar, pouco depois, em outro salão, ouvindo seus argumentos, prometendo providências.

Acho que após esse episódio, muitos brasileiros e brasileiras se puseram a matutar – de maneira espontânea, sem se aprofundar em meandros teóricos – sobre as vantagens da democracia direta, participativa, à la ateniense.

As manifestações de rua que temos presenciado nos últimos não têm obviamente, a pretensão de substituir as instituições representativas existentes.

Podem ser lidas, mais propriamente, como um grande cartão amarelo apresentado aos dirigentes políticos, em todos os níveis e esferas, por uma população que está cansada de tanta empulhação.

Em outras palavras, o povo, todo, quer, cada vez mais, que seu papel como contribuinte (ainda que futuro contribuinte) seja acompanhado de respeito como cidadão.

Não é compreensível que os governantes do Brasil, o sexto mais rico país do mundo, não consigam oferecer aos que os elegeram boas escolas, boa saúde, bom transporte urbano, boas estradas.

Não é aceitável, também, que a corrupção e a impunidade continuem a prevalecer.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 108 / 2013

Brasília, 24 de junho de 2013.

Em vez de querer afastar o Ministério Público das investigações, o Governo deveria entusiasticamente convocá-lo a investigar todos os casos suspeitos de manipulação indevida ou irresponsável de verbas públicas.

O governo deveria também dar todo o poder ao Jorge Gerdau Johannpeter, que se prontificou a ajudar o Planalto a tornar a máquina pública enxuta e eficiente, mas que não consegue fazer nada por conta do corporativismo que só se preocupa com direitos e quase nada com deveres.



Comissão do Fórum Fundiário reúne-se em Campo Grande para discutir questão indígena no estado

SÍTIO REPORTER NEWS, 22.06.2013

A comissão instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para buscar soluções para o conflito entre índios e proprietários rurais no Mato Grosso do Sul, reúne-se, nesta segunda-feira (24/6), para a primeira reunião ordinária em Campo Grande. O encontro será a partir das 9 horas, na sede do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS).

Durante a reunião serão analisadas as propostas do governo federal para a aquisição direta de terras a serem destinadas aos povos indígenas (inclusive por desapropriação por interesse social e arrecadação de terras confiscadas), além da possibilidade de indenização da terra nua aos proprietários rurais e a continuidade no processo de demarcação de terras indígenas. No último dia 13, uma reunião extraordinária realizada em Brasília definiu um cronograma de trabalho para a Comissão.

Além do encontro realizado nesta segunda-feira, a Comissão também deve se reunir em Campo Grande nos dias 9 e 24 de julho. A Comissão tem prazo de 90 dias, contados desde sua criação, para concluir o relatório final de seus trabalhos. O relatório deverá trazer as sugestões da Comissão para a equalização dos conflitos indígenas no estado.

A Comissão, instituída pelas Portarias nº 53/2013 e nº 71/2013, é formada por membros do TJMS, do TRF da 3ª Região, do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, da Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul, da Advocacia Geral da União (AGU), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Secretaria de Direitos Humanos, além de líderes indígenas, representantes dos produtores rurais e estudiosos da questão indígena no estado.

Também participará das reuniões o coordenador do Comitê Executivo Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários do CNJ, Rodrigo Rigamonte Fonseca.



Cerca de 100 indígenas foram atendidos pelo Pro Paz Cidadania em Cumaru do Norte
SÍTIO GOVERNO DO PARÁ, 23.06.2013

O terceiro destino da Caravana Pro Paz Cidadania na etapa do sul do Pará foi o município de Cumaru do Norte, onde a ação aconteceu durante todo o sábado, 22, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade, que tem uma população de aproximadamente 11 mil pessoas. No total, foram realizados 1.272 atendimentos, entre os quais 378 emissões de carteiras de identidade, 207 CPFs, 164 carteiras de trabalho, 64 certidões de nascimento e 48 atendimentos jurídicos. Cerca de 100 indígenas que moram às proximidades da sede do município, cercado por pequenas aldeias – sobretudo da etnia Kaiapó –, também foram atendidos.

De acordo com a técnica da Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas), Andradina Souza, no caso dos indígenas, o processo começa pela transformação do Registro Administrativo de Nascimento do Índio (Rani) – emitido pela Fundação Nacional do Índio (Funai) no momento do nascimento – em uma certidão de nascimento civil, como a de qualquer cidadão brasileiro. É somente a partir daí que podem ser confeccionados os outros documentos, como RG, CPF e carteira de trabalho. “Em Cumaru do Norte, nós priorizamos essa demanda para que os índios pudessem voltar com a maior brevidade às suas aldeias”, explicou.

Para o vereador e também indígena Xere Kaiapó, hoje a população indígena conhece os seus direitos e precisa ter a sua cidadania garantida. “É verdade que no passado, nós, indígenas, não estávamos tão preocupados com isso, mas hoje estamos envolvidos na sociedade como um todo, por isso precisamos e queremos ter a nossa documentação completa. E o governo do Pará tem facilitado isso para nós”, destacou.

Moradores não indígenas da cidade também foram beneficiados pela ação. É o caso do trabalhador rural Francisco Silva, de 64 anos. Cearense, ele mora no Pará há 25 anos e há mais de um ano perdeu todos os documentos. Foi somente com a ação do Pro Paz em Cumaru do Norte que ele conseguiu reaver os papéis. “É muito ruim viver sem documento porque a gente não pode fazer nada, não pode viajar, corre até o risco de se envolver em algum problema com a lei e não tem como comprovar quem é. O governo está de parabéns por proporcionar essa alegria para a gente”, comemorou.

A prefeita de Cumaru do Norte, Cleuza Temponi, disse que com a ação o governo do Pará está, de fato, chegando a todas as regiões do Estado. “o governo Simão Jatene está fazendo uma gestão ampla, sadia e, de fato, para todos os paraenses, atendendo não só às cidades grandes, mas também os municípios de pequeno porte, como é o caso de Cumaru do Norte”, avaliou.

A Caravana Pro Paz Cidadania está oferecendo gratuitamente serviços de emissão de documentos e atendimento jurídico para a população do sul e sudeste do Pará. Para isso, conta com cerca de 50 servidores do Pro Paz, Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas), Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), Polícia Civil e Defensoria Pública.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 108 / 2013

Brasília, 24 de junho de 2013.

Nesta etapa, que começou no último dia 17, serão percorridos 19 municípios até o dia 1º de agosto. O atendimento é gratuito e acontece das 8 às 17h. A cidade a ser atendida é Conceição do Araguaia, onde o serviço será prestado no Centro de Atendimento ao Empreendedor Cidadão, nesta segunda, 24, e terça-feira, 25.



Munduruku expulsam 25 pesquisadores de terra indígena

SÍTIO BRASIL DE FATO, 22.06.2013

Eles coletavam amostras da fauna e flora da região para os estudos ambientais e de viabilidade das usinas hidrelétricas do rio Tapajós

Ruy Sposati
do Cimi

Cerca de 25 pesquisadores foram retirados da terra indígena Munduruku, pelos próprios indígenas, nesta sexta, 22 em Jacareacanga, extremo oeste do Pará. Os técnicos coletavam amostras da fauna e flora da região para os estudos ambientais e de viabilidade das usinas hidrelétricas do rio Tapajós, que afetarão o território Munduruku.

Segundo os indígenas, os pesquisadores usavam uniformes da empresa Concremat, que presta serviços para o Consórcio Grupo de Estudos Tapajós, liderado pelas empresas Camargo Correa, GDF Suez, Eletrobras e Eletronorte, entre outras.

"O que nós fizemos foi uma ação política, de resistência. Nós sabíamos que tinha pesquisadores na região, há pelo menos dois meses... Fomos atrás deles e trouxemos para a cidade. Foi isso o que aconteceu", explica Valdenir Munduruku, que participou da operação.

"Eles estavam divididos em duas equipes, uma de pesca e uma de mata. Nós encontramos a equipe de pesca próximo a aldeia Amanhanã. Trouxemos o chefe das equipes para Jacareacanga, com outros dois, para que eles chamassem todos os pesquisadores pra cidade", relata.

"Tudo correu bem. Eles [os pesquisadores] não imaginavam... Conversamos com eles, foi tudo tranquilo. Agora estamos esperando todos chegarem, e coordenador que vem de Itaituba. Não vamos deixar continuar esse trabalho", diz Valdenir.

Segundo pronunciamento do porta-voz do cacique geral do povo Munduruku, Jairo Saw, "os pesquisadores já estão na quarta etapa de estudo, já na fase final e previsto para apresentarem o relatório final do EIA – RIMA no mês de novembro".

Em nota pública lançada hoje, os Munduruku afirmaram que o governo já sabia que os indígenas não permitiram a entrada de pesquisadores no território. "Nós vamos liberar pacificamente este grupo, mas alertamos que não toleraremos mais essa postura por parte do governo federal e dos empreendedores que querem construir barragens", pontua o documento, que também exige a suspensão "de todos os estudos e pesquisas relacionados às barragens nos rios Tapajós e Teles Pires" por parte do governo federal.

Os indígenas temem uma ação violenta da Força Nacional, que chegou hoje em Jacareacanga, em um avião da Força Aérea Brasileira. "Esperamos que esses militares não tenham vindo para
CONT.



nos atacar, mas sim para defender o nosso direito pela nossa terra, a lei e a Constituição", argumenta a carta.

Leia a declaração dos Munduruku na íntegra:

Declaração Munduruku: pesquisadores, não entrem nas nossas terras

Nós, Munduruku do rio Tapajós, apreendemos um grupo de pesquisadores que estava ilegalmente em nossa terra. Eles estavam coletando animais, plantas e amostras para a construção de barragens nas nossas aldeias. Nós apreenderemos tudo o que foi coletado por eles, todos os materiais, tudo o que foi retirado e anotado das terras indígenas.

Nós deixamos claro para o governo federal que não iríamos deixar entrar nenhum pesquisador nos nossos territórios.

Nós vamos liberar pacificamente este grupo, mas alertamos que não toleraremos mais essa postura por parte do governo federal e dos empreendedores que querem construir barragens.

Um avião búfalo do Exército/FAB pousou hoje em Jacareacanga. Esperamos que esses militares não tenham vindo para nos atacar, mas sim para defender o nosso direito pela nossa terra, a lei e a Constituição. Porque quem está errado é o governo. Nós estamos certos.

Exigimos que o governo suspenda todos os estudos e pesquisas relacionados às barragens nos rios Tapajós e Teles Pires. Nós sabemos que as pesquisas são o primeiro passo para viabilizar a construção das hidrelétricas. Nós não vamos deixar as pesquisas e estudos acontecerem. Se o governo não suspender, nós daremos um jeito. Sugerimos aos pesquisadores que não entrem nas nossas terras.

Estão todos avisados.